



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Nº 002/2024/DCPC/DA/SEMES

Processo Administrativo: 00600-00013571/2023-31
Assunto: Contratação de Empresa Especializada para Instalação De Sistema De Captação e Abastecimento De Águas Profundas.
Data do Pedido: 12/03/2024
Nomes/ Cadastros Responsáveis pela Elaboração: Jéssica Santana da Silva Agostinho, Cad. 1002893
Sector: Departamento Administrativo
E-mail: semeslazer@gmail.com
Telefone Setor: (69) 99203-9684

1. DIRETRIZES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando à contratação de empresa especializada para Instalação De Sistema De Captação e Abastecimento De Águas Profundas, para atender a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMES.

Tal estudo consiste na segunda etapa do planejamento da contratação, uma vez que já foram realizados projetos completos pela Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos - SEMESC disponibilizados digitalmente através dos links:

https://drive.google.com/drive/folders/1MRm7dvxAuOc967ApMT_ERzXCPgXBn67H

<https://onedrive.live.com/edit?id=A03295C103236ED4!46312&resid=A03295C103236ED4!46312&ithint=file%2Cxlsx&authkey=!AMJT-WixcrGX8ng&wdo=2&cid=a03295c103236ed4%20>

Também foi elaborado pelo Departamento Administrativo da SEMES, o Documento de Formalização de demanda – DFD nº 007/2024/DA/SEMES, para demonstrar a viabilidade e embasar o termo de referência, em atendimento a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes acerca da execução de obras e serviços de engenharia na administração pública

2. ÁREAS REQUISITANTES

A referida contratação atenderá, com abastecimento de água potável a Vila Olímpica Chiquilito Erse, que abrange o Parque Aquático, o Ginásio Vinicius Dannin e a Sede Administrativa da SEMES.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

3. NATUREZA DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- (x) Serviço não continuado;
() Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO
(inciso I, art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

A descrição da necessidade da Contratação, extraída do Documento de Formalização de Demanda – DFD elaborado pelo Departamento Administrativo da SEMES e do Projeto Executivo elaborado pela Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos - SEMESC e visa motivar a contratação pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua o Inciso XX, Art. 6º da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

As quantidades estimadas no processo, em razão do consumo, foram elaboradas pela Assessoria Especial de Projetos da Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos/SEMESC, através do engenheiro Civil Eronildo Gomes dos Santos – CREA 1664 D/RO, os quais detêm conhecimentos e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de planejamento das compras públicas,

A presente contratação visa a execução de perfuração de poço semi artesiano na Vila Olímpica Chiquilito Erse, onde se concentra nossa nova sede administrativa, o Parque Aquático e Ginásio Vinicius Danin e as salas de diversas modalidades esportivas, garantindo o abastecimento desses locais com água potável, essencial à manutenção dos mesmos. A perfuração do poço semi artesiano proporcionará uma melhor qualidade da água aos servidores que prestam serviços nos departamentos e aos usuários que necessitam de atendimento nesses locais.

A execução da perfuração do poço semi artesiano é imprescindível para o bom funcionamento do espaço, tendo em vista o abastecimento de água de qualidade para os frequentadores, beneficiando aqueles que utilizarem o local.

A funcionalidade dos poços semi artesianos trará ao município melhores condições para atendimento à população, um fornecimento contínuo, uma economia, e redução dos custos mensais com o fornecimento de água, ao serem analisados os investimentos a longo prazo. Outro benefício será o fornecimento constante de água e a contribuição com o Meio Ambiente, considerando que a construção de um poço semi artesiano atua com pouca agressão ao meio ambiente.

5. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA
(inciso II, art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme detalhado no documento [A8A146C8](#).

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
(inciso III, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

6.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

6.1.1. Certidão de registro da licitante junto ao **CREA ou CAU**, da qual deverá constar o (s) nome (s) do (s) profissional (is) de nível superior que poderá (ão) atuarão) como responsável (is) técnico (s) pelos serviços a serem executados;

6.1.2. Certidão do Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), emitidos pelo **CREA ou CAU**;

6.1.3. Comprovação de aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da obra, com no máximo **50% (cinquenta por cento) do quantitativo da parcela de maior relevância do objeto licitado** através de Atestado (s) ou certidão (s) de Execução de obra(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha compatibilidade com a parcela de maior relevância técnica do objeto deste projeto básico, especificadamente nas características mínimas seguintes:

a) Execução de no mínimo 30 m de perfuração em aluvião com 10" para poço artesiano.

6.1.4. A exigência de comprovação mínima, se dá devido à complexidade do objeto, a logística necessária para atendimento do cronograma e o alto valor dos recursos envolvidos.

6.1.5. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com a identificação e endereço da emitente, com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

6.1.6. Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências;

6.1.7. Comprovação da licitante de possuir em seu Quadro de Pessoal ou corpo diretivo, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor (es) de Certidão de Acervo Técnico –CAT, registrado no CREA ou CAU por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado, especificamente as contantes na alínea “a” do subitem 6.1.3.

6.1.8. A comprovação da licitante de que o responsável técnico indicado pertence ou virá a pertencer ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através da declaração formal de disponibilidade.

6.1.9. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o subitem 7.6 deverão participar da obra, objeto desta licitação, sendo admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração;

6.1.10. Declaração de Anuência do Profissional, através do qual o mesmo assume a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado em nome da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser, a esta, adjudicado.

6.1.11. Será admitida para a comprovação de aptidão técnico– operacional e técnico-profissional mediante certidões ou atestados de obras e serviços similares de complexidade tecnológica e/ou operacional **equivalente ou superior àquelas definidas nos subitens 6.1.3 e 6.1.7**, respectivamente, documentos estes que serão apresentados por original ou cópia autenticada;

6.1.12. Declaração expressa sob as penas da Lei, de que disponibilizará todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços objeto desta Tomada de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Preços;

6.1.13. Relação explícita da **equipe técnica mínima**, adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica e sua função durante a execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação, composta de, no mínimo:

a) 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Geólogo ou 01 (um) Engenheiro Minas ou 01 (um) Engenheiro Sanitarista com o cargo comprovado na carteira profissional ou outro meio idôneo, durante todo período da obra para acompanhar a execução dos serviços, deverá ser o profissional solicitado nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.7 e 6.1.14;

6.1.14. Declaração fornecida pela licitante **indicando explicitamente** pelo menos um responsável técnico para acompanhar a execução dos serviços. Na declaração deverão constar os dados mínimos necessários, tais como: nome completo, número do documento de identidade, CPF e do registro na entidade profissional competente da região a que estiver vinculado.

6.1.15. Declaração de que visitou os locais das obras e serviços discriminados neste edital e seus anexos, visita esta necessária para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

6.1.16. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração assumindo, incondicionalmente a RESPONSABILIDADE de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas nesta licitação.

6.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. A critério exclusivo da CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da SEMES o contratado poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte do serviço, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), desde que não altere substancialmente as cláusulas pactuadas;

6.2.2. No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará por seus próprios meios o principal dos serviços de que trata este projeto, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados;

6.2.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Prefeitura de Porto Velho – RO, mesmo que tenha havido a apresentação de empresa a ser subcontratada para execução de determinado serviço integrante desta Licitação;

6.2.4. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a SEMES a regularidade jurídica/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do Contrato;

6.2.5. A Prefeitura de Porto Velho – RO se reserva o direito de, após a contratação dos serviços exigir que o pessoal técnico da empresa contratada e de sua(s) subcontratada(s) se submetam às regras estabelecidas neste instrumento convocatório e consequente Contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

6.3. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.3.1. No ato da assinatura do futuro contrato, objeto deste instrumento, a empresa vencedora deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ela adjudicado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021;

6.3.2. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto ao Banco do Brasil, agência 2757, conta-corrente nº 8.250 – 3, devendo o comprovante de depósito ser apresentado imediatamente na Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ, no Departamento Administrativo-financeiro, para lançamento contábil, o respectivo comprovante do depósito em original ou cópia autenticada;

6.3.3. Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do futuro contrato, a cláusula de atualização financeira, bem como as cláusulas de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

6.3.4. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo ter prazo superior ao futuro contrato em pelo menos 30 (trinta) dias.

6.3.5. Caso a garantia seja ofertada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, não sendo aceitos aqueles emitidos na primeira metade do Século XX (decreto. Nº 32.392 de 09.03.1953);

6.3.6. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do futuro contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido.

6.3.7. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados à Contratante e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do futuro contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

6.3.8. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, poderá a Contratante convocar a empresa Contratada para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

6.3.9. No caso de rescisão do futuro contrato determinado por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n. 14.144/2021 (havendo culpa da Contratada), a garantia será executada para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme inciso III do Art. 139, da Lei n. 14.133/2021;

6.3.10. Quando a rescisão ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia e pagamentos devidos pela execução do futuro contrato até a data da rescisão; (conforme inciso 2º do art. 138 da Lei n. 14.133/2021;

6.3.11. A garantia prestada pela Contratada ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída após a execução do futuro contrato, conforme disposto no § 4º no art. 100 da Lei 14.133/2021, devendo o representante da empresa Contratada entregar requerimento,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

dirigido à Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ no Departamento Administrativo-financeiro;

6.3.12. A qualquer momento a garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento do interessado, respeitadas as modalidades antes previstas. Neste caso, o valor da Garantia será calculado sobre o valor do Contrato ajustado à época da solicitação.

6.4. DOS PRAZOS

6.4.1. O prazo estabelecido para a execução dos serviços é de 15 (quinze) dias, vinculados ao cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo a mobilização e desmobilização e a execução das obras e serviços propriamente ditos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela administração, observadas as demais condições contidas no Projeto básico.

6.4.2. O prazo de vigência do futuro contrato (estando nele incluído os prazos de Ordem de início da obra, execução, recebimento provisório, recebimento definitivo e pagamento) será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do futuro contrato.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO
(inciso IV, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Será perfurado 01 poço semi artesiano na Vila Olímpica Chiquilito Erse de 60 M, conforme memória de cálculo apresentada pela SEMESC (e-Doc [B2F487F4](#)), elaborado pelo Engenheiro Civil Eronildo Gomes dos Santos, CREA 1664 D/RO.

Informamos que não houve aquisição/contratação anteriormente.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO
(inciso V, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Foi realizado pela Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – SEMESC, levantamento dos quantitativos necessários para a execução da obra de perfuração de poço semi artesiano, conforme planilha orçamentária disponível através do link <https://onedrive.live.com/edit?id=A03295C103236ED4!46312&resid=A03295C103236ED4!46312&ithint=file%2Cxlsx&authkey=!AMJT-WixcrGX8ng&wdo=2&cid=a03295c103236ed4>.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
(inciso VI, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de Empresa Especializada para Instalação De Sistema De Captação e	OBRA	01	R\$ 65.998,58



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Abastecimento De Águas Profundas.			
--------------------------------------	--	--	--

O valor da contratação está de acordo com o levantamento realizado pela SEMESC, Planilha orçamentária com utilização das tabelas SINAPI/RO – DEZEMBRO/2023 – SBC/RO – DEZEMBRO/2023 – NÃO DESONERADO, disponível no link: <https://onedrive.live.com/edit?id=A03295C103236ED4!46312&resid=A03295C103236ED4!46312&ithint=file%2Cxlsx&authkey=!AMJT-WixcrGX8ng&wdo=2&cid=a03295c103236ed4>.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
(inciso VII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

A funcionalidade dos poços semi artesianos trará ao município melhores condições para atendimento à população, um fornecimento contínuo, uma economia, e redução dos custos mensais com o fornecimento de água, ao serem analisados os investimentos a longo prazo. Outro benefício será o fornecimento constante de água e a contribuição com o Meio Ambiente, considerando que a construção de um poço semi artesiano atua com pouca agressão ao meio ambiente.

Um poço artesiano é um poço tubular profundo feito no solo para fins de extração de água. A água que sai dele jorra naturalmente, por isso ele também é chamado de poço jorrante. Essa seria a principal diferença em relação a um poço semi artesiano, por exemplo, mas existem também outras definições populares. O poço semi artesiano pode possuir a mesma profundidade do que o poço artesiano. Ambos captam água de aquíferos, porém, apenas o poço artesiano é jorrante, isso é o que diferencia um do outro. Então, precisa ou não de bomba para a captação de água. Sua profundidade varia de 70 a 2000 metros, sendo mais comum entre 100 a 500 metros de profundidade.

Graças ao aquífero que temos na região e que apresenta ótima qualidade de água, tem sido possível atender esta demanda. Associado a tudo isso, ainda temos o menor custo, dispensando maiores tratamentos da água sendo apenas necessário a adição de cloro na rede.

Com o sistema de abastecimento de água por poço semi artesiano, o resultado será benéfico aos portovelhenses, pois promove inclusão produtiva e geração de renda. Logo, as ações de infraestrutura produtiva têm efeito na melhoria de condição de vida para os atletas, trazendo o desenvolvimento socioeconômico tão aguardado a todos.

Conforme previsto no §6º, inciso II, Art. 140 da Lei 14.133, a execução do projeto será enquadrado como serviços de obras e serviços de engenharia o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(inciso VIII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Considerando que a contratação de serviços para instalação de sistema de captação e abastecimento de águas profundas na Vila Olímpica Chiquilito Erse se enquadrar em obras e serviços engenharia, sob o regime de execução indireta e empreitada por PREÇO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

GLOBAL, TIPO CONTRATAÇÃO DIRETA será optado pelo não parcelamento da contratação. Pois tal parcelamento poderia comprometer a execução contratual tendo em vista padronização dos materiais e serviços a serem utilizados na obra, bem como a programação para execução dos serviços.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS
(inciso IX, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Com a Contratação de Empresa Especializada para Instalação De Sistema De Captação e Abastecimento De Águas Profundas espera-se garantir o pleno funcionamento da Vila Olímpica Chiquilito Erse com abastecimento contínuo de água potável e de boa qualidade, gerando economia e redução dos custos mensais com o fornecimento de água.

Desta forma, será assegurado melhores condições para atendimento, levando a prática esportiva e lazer à população, garantindo que nossos projetos sejam desenvolvidos, contribuindo assim, com o desenvolvimento humano, social e esportivo, bem como a redução de índices de criminalidade, transformação social e melhoramento da qualidade de vida dos munícipes de Porto Velho.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO
(inciso X, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

As obras e serviços serão fiscalizados por comissão de fiscalização do contrato, nomeada através de portaria, composta de pessoal credenciado, capacitado e designado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO - SEMOB a gestão do contrato será realizada pelo departamento administrativo da SEMES.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
(inciso XI, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Considerando que a contratação dos serviços enquadrar-se em obras e serviços de engenharia, informamos que não existem contratações correlatas para execução desta ação, tem em vista tratar-se da contratação de um único serviço.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
(inciso XII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra CONTRATADA.

A Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

A contratação pretendida neste caso em tela caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Apesar dos benefícios, os poços semi artesianos também apresentam riscos ambientais. A extração excessiva de água subterrânea pode levar à diminuição do nível do lençol freático, prejudicando os ecossistemas que dependem dele. Isso pode resultar em secas locais, redução do fluxo de rios e impactos negativos na vegetação e na vida selvagem.

Além disso, a má gestão dos poços semi artesianos pode levar à contaminação do lençol freático, seja por produtos químicos utilizados na perfuração ou por escoamento de poluentes da superfície. Essa contaminação pode ter efeitos devastadores na qualidade da água e na saúde dos ecossistemas subterrâneos.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO
(inciso XIII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

DECLARO para devidos fins que se fizerem necessários em atendimento ao inciso XIII, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 que a contratação pretendida é **VIÁVEL** com base no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP. Desta forma encaminho a presente ETP e Documento de Formalização de Demanda – DFD para continuidade dos trâmites administrativos de contratação de despesa

Porto Velho/RO, 12, de março de 2024.

Responsável pela elaboração:

Jéssica Santana da Silva Agostinho
Gerente de Divisão / Cad. 1002893

Revisado por:

Solimara Pereira Nunes
Diretora Administrativa/Cad. 1002479

Autorizo na Forma da Lei:

Edílson Pacheco Pinheiro
Secretário Adjunto/Cad. 578510



Assinado por **Edilson Pacheco Pinheiro** - Secretário Adjunto - Em: 14/03/2024, 12:43:02



Assinado por **Jéssica Santana Da Silva Agostinho** - Gerente da Divisão de Convênio e Prestação de Contas - Em: 14/03/2024,
11:46:20



Assinado por **Solimara Pereira Nunes** - Diretor de Departamento - Em: 13/03/2024, 16:34:04